

# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
da  
Universidade de Lisboa

6/7



Edições  
*Colibri*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50

**C. DOHMEN-M. OEMING**, *Biblischer Kanon – warum und wozu? Eine Kanontheologie* (Quaestiones disputatae, 137), Herder, Freiburg/Basel/Wien 1992. 132 p. ISBN 3-451-02137-4.

Como dizem os A. no prefácio, o livro nasceu de um diálogo científico e ecuménico entre dois teólogos (C. Dohmen católico e M. Oeming protestante), com as respectivas lições de agregação por base, ambas na universidade de Bona. Propõe uma *quaestio* para debate, «que desejaria antes de mais convidar ao diálogo entre os teólogos do ‘velho’ e do ‘novo mundo’, de várias disciplinas, confissões e religiões...»

Não se pretende acrescentar um título à floresta da bibliografia especializada; apenas colmatar uma pequena lacuna da própria Bíblia – falta-lhe um prefácio que informe o leitor sobre o porquê do nome «Sagrada Escritura», que quer o livro dizer ou atingir, porquê tantos livros se consideram *um livro* e este *sagrado*.

O capítulo I põe a questão em novos termos. Não trata a formulação clássica do quando e com que autoridade se definiu o rol das Escrituras. Procurando a genealogia do cânone bíblico e resumindo o actual debate (subtítulo: «Auf der Suche nach der Genealogie des Kanons – Überblick über die Aktuelle Kanondebatte»), recorda o certo cansaço e insatisfação deixados pelo método histórico-crítico e o surgir do «canonical approach» (E.B. Childs). A crítica literária dominante na primeira metade do nosso século concentrava-se nos estratos mais antigos e mais «genuínos» dos livros bíblicos, desqualificando automaticamente os trechos actualizantes para o nível de «secundários»; o afloramento canónico exige que se parta da forma definitiva dos livros como base da exegese. Só que a «forma definitiva» não é líquida, pelo menos para o Antigo Testamento: será a massorética (hebraica) ou alexandrina (grega)?, o conjunto do

Antigo Testamento isolado (judaísmo) ou o arredondamento que lhe deu o Novo (cristianismo)?

Há que distinguir entre o processo que levou ao reconhecimento e a conclusão que pôs termo a esse processo. A canonização não é apenas juízo definitivo da comunidade crente ou da Igreja sobre o carácter de um livro como divinamente inspirado. Começou por ser processo interno dentro da própria Bíblia. Cerne do problema é assim a relação entre processo canónico e canonização definitiva.

E cerne da Obra são as duas lições de agregação (c. II, pp. 27-89), completadas com «A morte de Moisés como nascimento do Pentateuco» (pp. 54-68, lição inaugural de C. Dohmen na cátedra de Osnabrück). C. Dohmen trata de «Unidade e totalidade – Conclusão e delimitação do processo bíblico» (pp. 27-54). A lição de agregação parte do *Eclesiastes* (Qohelet) e das suas afirmações que tenderiam a fazer o livro admissível ao cânone. A atribuição fictícia a Salomão só não serve essa finalidade, porque é destruída com a afirmação de 2,16: «Aumentei o meu saber...». Mais eloquentes são os dois epílogos (12,9-11 e 12,12-14), onde a maior parte dos exegetas vê relevância para a questão canónica. Quer tenham sido escritos para superar dificuldades de admissão do *Eclesiastes*, quer essas dificuldades tivessem origem no facto de se considerar encerrado o conjunto dos livros sapienciais, os epílogos caem no centro da problemática da canonização da terceira parte do cânone hebraico. Claramente o segundo epílogo – «O fazer de livros não tem fim e o muito estudar cansa o corpo» (12,12) – só se entende a partir da história da recepção. Se o primeiro epílogo defendia a canonicidade (Qohelet fora um sábio que ensinou o povo) o segundo reconhece a canonicidade como um facto (pp. 49-54).

A lição de M. Oeming («Função bíblica e origem oriental antiga da fórmula do cânone», pp. 68-89) ainda é mais interpelante para o historiador da cultura. Ao contrário de B. E. Childs, o A. pensa que os paralelos para a fórmula bíblica «nada deves acrescentar e nada retirar» (Dt 13,1) têm real importância, sobretudo para a transição do processo canónico para a canonização. A proibição de acrescentar e tirar pretende assegurar a integridade do texto tanto no sentido maximal (nada acrescentar) como no sentido minimal (nada retirar).

Tal formulação encontra-se bastante difundida no Oriente Antigo. No Egipto, é atestada em Instruções sapienciais do Império Antigo – Ptahhotep (c. 2300 a. C.) e Kagemni (só proibição de acrescentar) – e em fórmulas mágicas. Conheceram-na os Hititas (*Orações da Peste* e

*Gestas de Suppiluliuma* de Mursili II) como Assírios e Babilónios (colofões, inscrições reais, inscrições em *kudurru*, pactos e colecções de leis), Fenícios e Gregos (Aristóteles). «Canonizações» de *corpora* literários tiveram-nas os Babilónos da era cassita (1350-1150) e os Gregos («canonização» dos trágicos na «edição oficial» de Licurgo, c. 330 a. C.; escoliastas alexandrinos desde o século IV).

No Antigo Testamento hebraico a fórmula ocorre cinco vezes, com pequenas variações (Dt 4,2; 13,1; Ecl 3,14; Jer 26,3; Prov 30,6).

«A análise da fórmula de cânone mostrou que tanto no Antigo Testamento como no seu mundo ambiente se verifica uma quantidade de funções. Nota-se especialmente que o Deuteronómio (e o Decálogo) pela fórmula se põem em evidência como a torá mais central. Em motivação parenética, o assegurar da revelação serve por seu lado de motivação da ética. Em transformação metafórica a fórmula recebe até a função de hino de louvor (Ecl 3,14; Sir 18,6; 42,21)» (p. 88). Prov. 30,6 considera encerrado um texto extenso, quem sabe se o tripartido Antigo Testamento, e Jesus não deixa dúvidas na versão mateana – «passarão o céu e a terra, mas nem um jota ou um til passarão da lei» (Mt 5,18). «Assim revela a própria fórmula de cânone *ambos* os elementos da formação do cânone na sua sequência de processo canónico («nada debes retirar») e canonização («nada debes acrescentar»)» (p. 89).

«Do processo canónico ao cânone» trata o capítulo III (pp. 91-113). Finalmente o desejado «prefácio» (cap. IV) de que dou só as primeiras linhas:

«Depois que compendiámos as tradições sagradas do nosso povo num único livro, para que a fé das gerações futuras se possa alimentar em cada tempo a partir das raízes, o nosso olhar dirige-se cheio de gratidão a quantos empregaram connosco diligência e esforço no estudo incessante das Escrituras. Assim se copiou fiel e rigorosamente a veneranda Lei de Moisés, se coligiram os Profetas e se ordenaram os restantes Escritos.»

«Prefácio da segunda edição aumentada da tradução grega:

Como bispo, de bom grado satisfazemos o desejo de fazer acompanhar de uma palavra as Sagradas Escrituras ampliadas com 'confissão de Cristo'.»

Assina o prefácio da 1.<sup>a</sup> edição (Antigo Testamento) um misterioso R. que pode ser «redactor» ou, na tradição judaica, *rabenu* «nosso mestre». A 2.<sup>a</sup> edição (Bíblia cristã completa), datada da Páscoa de 367,

tem a chancela de A. (Atanásio, que na 39.<sup>a</sup> carta da Páscoa atesta o cânone completo do Novo Testamento como um facto).

Completa o volume uma proveitosa lista bibliográfica, instrutiva não apenas para a questão do cânone, mas igualmente para o facto literário, línguas escritas e sistemas da sua aprendizagem e transmissão no mundo antigo. Desculpam-se lapsos menores, como atribuir à *Instrução de Amenemope* o elogio dos escritores (p. 36: a fonte é a instrução do papiro de Chester Beatty IV, também do Império Novo). Vêem-se os horizontes largos de dois biblistas, não o tratamento próprio de teólogos sistemáticos.

José Nunes Carreira

**B. JANOWSKI-U. NEUMANN-GORSOLKE-U. GLESSMER** (ed.), *Gefährten und Feinde des Menschen. Das Tier in der Lebenswelt des alten Israel*, Neukirchener Verlag des Erziehungsvereins, Neukirchen-Vluyn 1993. XI+397 p. ISBN 3-7887-1412-3.

Como explica B. Janowski no prefácio, a colectânea nasceu de uma ideia simples: reeditar o há muito esgotado estudo da primeira catedrática de Antigo Testamento em universidade alemã, M. L. Henry (1958). Mas acabou por dar num apanhado de quarenta anos de investigação, juntando artigos de C. Westermann (1984), G. Liedke (1985), J. Schreiner (1985) e R. Bartelmus (1987), bem como trabalhos até agora inéditos ou publicados em língua estrangeira de H. J. Boecker, A. de Pury (francês, 1984), O. Keel e R. Bartelmus. O título, «Companheiros e inimigos do homem» veio de um trabalho de O. Keel (1984). Os assuntos vão da teologia à ética e antropologia, sem esquecer a zoologia do Antigo Testamento, a saber:

B. Janowski, Auch die Tiere gehören zum Gottesbund (pp. 1-14);

M. L. Henry, Das Tier im religiösen Bewusstsein des alttestamentlichen Menschen (pp. 20-61);

H.J. Boecker, «Du sollst dem Ochsen, der drischt, das Maul nicht verbinden» – Überlegungen zur Wertung der Natur im Alten Testament (pp. 67-84);

C. Westermann, Mensch, Tier und Pflanze in der Bibel (pp. 90-106);

A. de Pury, Gemeinschaft und Differenz. Aspekte der Mensch-Tier-Beziehung im alten Israel (pp. 112-149);